

editorial**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CONSTITUINTE**

“Les problèmes politiques sont les problèmes de tout le monde; les problèmes de tout le monde sont les problèmes politiques”.

O mote acima — marca registrada da coletânea “POLITIQUE — Éditions du Seuil, Paris” — além de conceituar com tanta propriedade e objetividade o que sejam os problemas políticos, evidencia a natureza política da Ciência e da Tecnologia (C e T).

Embora sendo fundamentado em bases eminentemente técnicas e racionais, o desenvolvimento científico e tecnológico permeia todos os segmentos da sociedade, caracterizando obrigatoriamente C e T como questões políticas. E como tal também devem ser tratadas tanto pelo governo, como pela comunidade acadêmico-científica, sistema produtivo e demais setores sociais envolvidos.

A nível governamental, não basta a ação do poder executivo, coordenada por Ministério específico e disseminada pelos inúmeros órgãos responsáveis pela execução, administração, planejamento e fomento das atividades tecno-científicas. Faz-se indispensável, num governo que se pretende democrático, a atuação efetiva dos demais poderes constituídos — legislativo e judiciário — no trato da C e T. É evidente que essas atuações não se devem desempenhar no campo da produção científica e tecnológica, mas sim no que se referir ao controle social da geração e da aplicação desses conhecimentos em benefício ou em detrimento da sociedade.

Quanto ao exercício do controle social da C e T, torna-se evidente a importância das casas legislativas, como fóruns de participação dos diversos segmentos sociais — através dos seus legítimos representantes políticos detentores de mandato parlamentar — na discussão, análise, formulação e avaliação das políticas de C e T.

Só através da mobilização política da sociedade — via partidos políticos, órgãos de classe, sindicatos, associações empresariais, universidades, escolas, igrejas e imprensa — será possível estender o debate a todos os segmentos sociais afetados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, rompendo o atual círculo fechado no qual estas questões são tratadas. Muito esforço será necessário para vencer a prepotência da tecnocracia, comodamente instalada nos diversos escalões do executivo; a omissão e o despreparo do poder legislativo, tão enfraquecido e desmoralizado nas últimas décadas; a baixa eficiência e a lentidão do judiciário, excessivamente burocratizado e sem os recursos das modernas organizações; a resistência dos militares em abrir o debate sobre certos temas considerados como de segurança nacional; e a forte relutância de grande parte da comunidade científica em aceitar a participação de “leigos” nas discussões sobre política de C e T.

Importante e rara oportunidade para se proceder a estas mudanças — no sentido de se desenvolver, consolidar e fortalecer a política de C e T no país, tanto no âmbito do governo como em toda a sociedade — será o próximo Congresso Constituinte, onde questões desta natureza serão objeto de amplo debate nacional, não só para a elaboração da Carta Magna, mas, principalmente, quando da revisão de toda a legislação daí decorrente.

Objetivando coletar subsídios para essa ocasião, bem como mobilizar a comunidade interessada em política de C e T, a ABPCT está promovendo um Concurso Nacional de Monografia sobre “Ciência, Tecnologia e Constituinte”, para o qual todos estão convidados a participar. (Detalhes na pág. 4). A HORA É ESTA! PARTICIPE!

IV SEMINÁRIO NACIONAL EM POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O IV SEMINÁRIO será realizado de 18 a 21 de novembro próximo em São Paulo, na FEA/USP (Faculdade de Economia e Administração), numa promoção conjunta com a ABPCT.

O tema central do Seminário será “Participação Social na Formulação e no Controle das Políticas de Ciência e Tecnologia”, abordado sob a forma de painéis voltados para a exposição e análise crítica das atuais formas de participação e para a proposição de formas mais efetivas e eficazes de participação dos diversos segmentos da sociedade na definição, avaliação e controle das políticas de C e T no Brasil.

Serão ao todo 8 painéis:

- “A representatividade social nos órgãos colegiados governamentais com atribuições políticas na área de C e T”.
- “A efetividade do desempenho das Casas Legislativas no trato das questões relativas à C e T”.
- “As organizações Político-partidárias e a política nacional de C e T”.
- “A atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores em relação à inovação tecnológica”.
- “Os setores Empresarial e o Militar como vetores do desenvolvimento científico e tecnológico nacional”.
- “A Igreja face ao desenvolvimento da C e T: questões éticas, morais, teológicas, culturais e sociais”.
- “A Formulação de Políticas de C e T: novas formas de participação efetiva da sociedade”.
- “Controle Social da C e T: formas de organização e de atuação da sociedade”.

Tendo em vista o corte dos recursos do subprograma de Planejamento e Gestão de C e T, do PADCT, bem como a demora na divulgação dos Editais (?), o IV SEMINÁRIO NACIONAL EM POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA deverá contar em princípio com apoio financeiro da FAPESP e da USP.

Os organizadores do SEMINÁRIO contam, desde já, com a participação de todos os interessados em política de C e T, em particular dos associados da ABPCT.

assembleia geral

Durante a realização do IV Seminário Nacional em Política de Ciência e Tecnologia (18 a 21/11, FEA/USP), será instalada a 3ª Assembleia Geral Ordinária da ABPCT, com a seguinte pauta:

1. Prestação de contas da atual diretoria
 2. Apresentação de relatório de atividades no período de 1985/1986
 3. Abertura da inscrição de chapas para eleição da nova Diretoria, e início de votação (com duração de 2 meses, conforme Estatutos)
 4. O que ocorrer.
- Torna-se, portanto, imprescindível a participação dos associados.

RESUMO DO ESTATUTO

Em 2 de dezembro de 1983 foi constituída a Associação Brasileira de Pesquisadores em Política de Ciência e Tecnologia (ABPCT), sociedade civil de caráter não lucrativo e de duração indeterminada, que tem sua sede na cidade de Brasília.

São finalidades da ABPCT:

- congregar especialistas e interessados em Políticas de Ciência e de Tecnologia;
- incentivar atividades de pesquisa e ensino da Ciência e Tecnologia no Brasil;
- zelar pela preservação e aprimoramento do espírito crítico, responsabilidade profissional e personalidade nacional da comunidade técnico-científica que atua no setor de Política de Ciência e Tecnologia no país;
- ficar permanentemente atenta à política governamental que afeta as atividades de Política de Ciência e Tecnologia no Brasil, no sentido de assegurar a autodeterminação científica e tecnológica do país;
- promover através de reuniões, congressos, conferências e

publicações, o intercâmbio do conhecimento, informações e opiniões que tenham por objetivo a consolidação da Ciência e da Tecnologia nacionais;

- estimular o livre debate de questões e problemas na área de Política Científica e Tecnológica;
- e proporcionar a defesa dos interesses comuns aos seus integrantes no que se relacione com o exercício de atividades profissionais e culturais relativas à Ciência e Tecnologia.

Os sócios não respondem subsidiariamente por quaisquer obrigações que os representantes da Associação contraírem em nome desta.

São órgãos da Associação:

- a Diretoria;
- o Conselho;
- a Assembléia Geral.

A Diretoria será eleita biennialmente e será composta de um (1) Presidente, um (1) Secretário Geral e um (1) Tesoureiro.

O Conselho será composto de seis (6) membros, eleitos com mandato de quatro (4) anos, sendo presidido pelo Presidente da Sociedade com direito a voto.

A Assembléia Geral, órgão soberano da Associação, será integrada por todos os sócios quites e reunir-se-á em sessões ordinárias e extraordinárias.

Compete ao Presidente representar a Sociedade em juízo ou fora dele.

Os fundos e patrimônio da sociedade serão formados pelas contribuições previstas nestes Estatutos, bem como por doações.

A sociedade poderá ser extinta em qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta dos sócios quites participantes da Assembléia Geral convocada para esse fim. Em caso de dissolução da sociedade, a Assembléia Geral decidirá o destino do patrimônio social e fundos de reservas, escolhendo para beneficiária uma entidade congênere, devidamente registrada no Conselho Nacional do Serviço Social.

Os presentes Estatutos poderão ser modificados a qualquer tempo, em Assembléia Geral para isto convocada por solicitação de quatro (4) Conselheiros ou um décimo (1/10) dos associados. As modificações deverão ser aprovadas por maioria absoluta do número de sócios participantes da Assembléia.

SUBSÍDIOS AO PLANO DE METAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 1986/89" APRESENTADOS AO MINISTÉRIO DA C e T PELA ABPCT

Por solicitação do Secretário Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, a ABPCT encaminhou em junho p. p. subsídios ao Plano de Metas de Ciência e Tecnologia 1986/89, constando de dire-

trizes para macro-políticas de C e T, metas qualitativas na área de política de C e T, metas quantitativas e recursos financeiros. Para atendimento às necessidades de capacitação de Recursos Humanos,

realização de Congressos e Seminários, apoio a Núcleos, promoção de Estudos e Pesquisas, Assessoramento e Consultoria na área de Política de C e T, estimaram-se recursos da ordem de 76 milhões de cruzados, para o período de 86/89.

EXPEDIENTE

Órgão informativo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Política de Ciência e Tecnologia — Endereço: Escola Politécnica da UFBA. — Rua Aristides Novis, 2 — Federação — Salvador - Bahia — CEP 40.000 — Tel.: (071) 245-7540 — 247-0288 — R. 115/120 — Telex: 071 - 1978 — Redação: Geraldo Queiroz — Colaboração: Márcia Rangel Oliveira — Arte/Diagramação: Mery Carvalho Bahia.

ASOCIACION LATINOAMERICANA
DE POLÍTICAS
CIENTÍFICAS Y TECNOLÓGICAS

Durante o 2º Simpósio Latinoamericano de Política Científica e Tecnológica, realizado no Rio de Janeiro, de 1º a 04 de abril/86, o Presidente da ABPCT, Dr. Eduardo Rappel, foi eleito Vice-Presidente da "Asociación Latinoamericana de Políticas Científicas y Tecnológicas" sediada no México. O referido Simpósio, promoção conjunta da FESP — Fundação Escola de Serviços Públicos, ABPCT e CEPROMAN, contou com o apoio do CNPq, via PADCT.

38ª SBPC

Durante a realização da 38ª Reunião Anual da SBPC, a realizar-se em Curitiba de 9 a 16 de julho, a ABPCT promoverá um Simpósio sobre "ATIVIDADE CIENTÍFICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL", coordenado pelo Prof. Eduardo Rappel. Participarão como expositores os professores Francisco Teixeira (UFBA), Rogério Cerqueira Leite (UNICAMP) e Pedro Leitão (UFRJ).

A preocupação central deste Simpósio é aprofundar a discussão sobre a relação da ciência com a sociedade. Neste contexto serão abordados as formas e o mecanismo de pla-

nejamento do desenvolvimento científico e tecnológico, a relação da ciência com outras formas de conhecimento, bem como a vinculação entre ciência e ideologia.

Este Simpósio torna-se oportuno em função da manifesta disposição do novo governo em abrir os canais de comunicação entre a comunidade científica e as instituições encarregadas de planejar e executar a política científica e tecnológica. Pretende-se, assim, obter subsídios para os estudos relativos às formas de participação social na elaboração e execução das políticas de ciência e tecnologia.

RELATÓRIO

III Seminário Nacional em Política de Ciência e Tecnologia

Este SEMINÁRIO realizado em Salvador nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 1985, foi uma promoção conjunta do NACIT — Núcleo de Política e Administração de Ciência e Tecnologia — sediado no ISP — Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público, da Universidade Federal da Bahia — e da ABPCT — Associação Brasileira de Pesquisadores em Política de Ciência e Tecnologia, e contou com o apoio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT).

Há quase três anos, foi realizado o I Seminário Nacional em Política de Ciência e Tecnologia, na UNICAMP, organizado pela Coordenação de Estudos do CNPq que, naquela época, coordenava o Programa de Apoio aos Centros de Ensino e Pesquisa em Política Científica e Tecnológica. Nessa mesma ocasião foi criada a ABPCT, entidade destinada a congregar profissionais e estudiosos das mais diversas áreas com interesse em problemas relativos ao uso da Ciência e da Tecnologia.

Já durante o II Seminário, em 1984, em Brasília, também organizado pela Coordenação de Estudos do CNPq, ficou acordado que os próximos seminários deveriam ser promovidos pela ABPCT, em conjunto com alguma Universidade, sem o envolvimento direto do CNPq.

Neste sentido, a ABPCT em conjunto com o NACIT/UFBA apresentou ao PADCT uma proposta para o III Seminário, com a seguinte temática: "Qual Ciência?, Tecnologia Para Que e Para Quem? e Como Avaliar e Controlar a C e T". Na proposta original não se limitava a participação no evento aos cientistas e técnicos. A ênfase maior — explícita no temário e na relação dos convidados para os debates — era que, devido ao impacto econômico, político e social da ciência e da tecnologia, a discussão dessa questão não poderia ficar restrita ao âmbito acadêmico e governamental. A discussão deveria ser aberta à participação de entidades e representantes de outros setores da sociedade: empresários, líderes sindicais, parlamentares, associações profissionais etc. . .

Muito embora durante o processo de organização do evento tenha-se observado esse princípio, não houve a participação deseja-

da, pois os diversos parlamentares convidados não confirmaram suas presenças, o mesmo acontecendo com representantes do poder judiciário. O mais decepcionante é que esse procedimento foi seguido por dirigentes de importantes órgãos do governo federal envolvidos com C e T, em razão de simultaneidade do Debate Nacional — "C e T numa Sociedade Democrática" — promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia — em Brasília, surpreendentemente programado para a mesma data.

Apesar dos problemas encontrados na organização do III SEMINÁRIO pode-se considerar como exitosa a sua realização, pelo alto nível dos trabalhos apresentados, o interesse demonstrado nos debates e pela participação intensa de mais de 100 pessoas. Os Anais do evento estão em fase final de editoração e serão oportunamente divulgados.

Com relação à proposta básica do SEMINÁRIO — qual seja, a de que a sociedade civil deve estar presente na discussão sobre o uso da ciência e da técnica para fins de desenvolvimento econômico e social — cabe registrar a assimetria nas respostas a essa proposição. Por um lado, os representantes das entidades não diretamente ligadas à área científica, tais como empresários e líderes sindicais, reconhecem a importância da ciência e da tecnologia na sociedade contemporânea e mostram-se desejosos de contribuir com o debate. No entanto, nota-se que os membros da comunidade científica ainda resistem à idéia de controle social da geração e do uso da ciência e não consideram relevante a participação da sociedade civil nesse debate. Para a maioria deles a atividade científica é caracterizada por particularidades tais que impedem a sua compreensão e interferência por parte de leigos.

Contudo, mesmo reconhecendo que a sistematização de mecanismos destinados a aproximar a atividade científica das prioridades definidas pela sociedade seja uma tarefa extremamente complexa, os organizadores do III SEMINÁRIO acreditam que esta sistematização contribuirá para a construção de uma sociedade mais avançada e socialmente mais justa. Este debate, portanto, não pode deixar de fazer parte da agenda de uma sociedade que se quer democrática.

**CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIA:
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CONSTITUINTE**

OBJETIVOS

- . Promover a discussão de temas relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico e seu impacto na sociedade, tendo em vista a sua inclusão nos debates sobre a Constituinte.
- . Incentivar a participação de especialistas e estudiosos da área de política de C e T na apresentação de subsídios ao tratamento das questões científicas e tecnológicas na Constituinte.

TEMAS SUGERIDOS

- . Participação Social na Formulação de Políticas de C e T
- . Papel do Estado na Política de C e T
- . Política de C e T e o Poder Legislativo
- . Controle Social da Ciência
- . Avaliação Social da Tecnologia
- . Desemprego Tecnológico
- . Tecnologia e Meio-ambiente
- . Importação de Tecnologia
- . Reserva de Mercado para Áreas Estratégicas

PARTICIPANTES

O concurso é dirigido a especialistas e interessados na área de Política de Ciência e Tecnologia.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Deverão ser:

- . Inéditos, redigidos em português e estruturados conforme recomendações da ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- . Datilografados, com um mínimo de 30 (trinta) laudas, de 25 (vinte e cinco) linhas, espaço dois, em papel formato ofício, com as páginas devidamente numeradas e em quatro vias.
- . Encaminhados à ABPCT em envelope fechado, indicando título da monografia e pseudônimo do(s) autor(es). Em anexo, em envelope fechado, deverá ser apresentada devidamente preenchida, ficha de inscrição fornecida por esta Associação contendo dados tais como: título do trabalho, pseudônimo, nome completo, endereço, nº da carteira de identidade, instituição a que está vinculado, cargo que

ocupa, formação e atividades profissionais desenvolvidas nos últimos 3 anos e sumário do trabalho apresentado.

INSCRIÇÕES E ENTREGA DAS MONOGRAFIAS

As inscrições ocorrerão automaticamente com a entrega direta ou encaminhamento das monografias, sob Registro Postal, à sede da ABPCT, no período de 15 de julho a 15 de outubro de 1986.

A inscrição e entrega da monografia equivale à aceitação, pelo candidato, das normas reguladoras do Concurso.

SELEÇÃO E JULGAMENTO

Serão efetuados por Comissão específica composta por pessoas de reconhecido nível técnico, designada pelo Conselho da ABPCT e a ser divulgada após a data de entrega dos trabalhos.

Caberá aos membros da Comissão após exame dos trabalhos, comunicar à ABPCT, por escrito, sua decisão acompanhada de justificativa.

O resultado será irrecorrível e a mesma reserva-se o direito da não concessão de prêmio, caso os trabalhos não apresentem nível mínimo de qualidade.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Serão os seguintes:

- . Contribuição efetiva à área de Política de C e T
- . Coerência do trabalho em relação ao tema escolhido
- . Objetividade, clareza e consistência
- . Aplicabilidade dos conceitos e proposições aos trabalhos da Constituinte
- . Adequação às normas e condições exigidas para apresentação.

PRÊMIO

Aos melhores trabalhos apresentados serão concedidos prêmios em dinheiro: **1º lugar: Cz\$20.000,00;** **2º lugar: Cz\$15.000,00;** **3º lugar: Cz\$10.000,00.**

Os prêmios — patrocinados pela CONEPAR — Companhia Nordeste de Participações — serão entregues durante o IV Seminário Nacional em Política de C e T (18 a 21/Nov/86 — USP/São Paulo).

PARTICIPE da discussão da política de ciência e tecnologia do país

Filie-se à



CONSTITUIÇÃO

A Associação Brasileira de Pesquisadores em Política de Ciência e Tecnologia — ABPCT — foi constituída em 02.12.83 por especialistas e interessados em estudos pesquisas e trabalhos no campo da Política Científica e Tecnológica.

FINALIDADES

Assumindo o compromisso de estar permanentemente atenta à política governamental que afeta às atividades de Política de Ciência e Tecnologia (C e T) no Brasil, no sentido de assegurar a autodeterminação científica e tecnológica do País, a ABPCT, propõe-se a:

- . congregar pessoas interessadas em Política de C e T.
- . estimular o livre debate de questões e problemas afetos à área de Política de C e T.
- . promover através de reuniões, congressos, conferências e publicações, o intercâmbio do conhecimento, informações e opiniões que tenham por objetivo a consolidação da Ciência e da Tecnologia nacionais.
- . proporcionar a defesa dos interesses comuns aos seus integrantes no que se relacione com o exercício de atividades profissionais e culturais relativas à C e T.
- . incentivar atividades de pesquisa e ensino na área de política da C e T no Brasil.

SERVIÇOS AOS SÓCIOS

- . Organização de seminários, simpósios, conferências e mesas redondas sobre Políticas de Ciência e Tecnologia.
- . Patrocínio e promoção de trabalhos e pesquisas sobre Políticas de C e T.
- . Publicação de conferências e trabalhos de pesquisa.
- . Publicação de boletim informativo da área de Política de C e T.
- . Acesso a referências bibliográficas e cadastro de associações congêneres e instituições governamentais e privadas com atuação na área de Política de C e T.
- . Informações sobre congressos, cursos de especialização e bolsas de organismos nacionais e internacionais.

ENDEREÇO

ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA
Rua Aristides Novis, 2 — Federação
40.000 — SALVADOR — BAHIA
Tel.: 245.7540 — Telex: 711978 MNEC